



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Gabinete da Desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

ACÓRDÃO

REEXAME NECESSÁRIO N. 0000877-45.2015.815.0381

RECORRENTE: Juízo da 1ª Vara da Comarca de Itabaiana

RELATOR: Juiz Ricardo Vital de Almeida, convocado para substituir a Desª Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

RECORRIDA: Vicência Maria Coutinho

ADVOGADA: Viviane Maria Silva de Oliveira (OAB/PB 16.249)

INTERESSADO: Município de Itabaiana

PROCURADOR: Walmírio José de Sousa (OAB/PB 15.551)

REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. PAGAMENTO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIOS. PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA. CABIMENTO DA IMPLANTAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO.

1. Havendo expressa previsão em lei municipal quanto à possibilidade de pagamento do adicional por tempo de serviço ao servidor, e estando ele enquadrado nas hipóteses de implementação dessa gratificação, sua concessão é medida que se impõe.

2. Recurso ao qual se nega provimento.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos.

ACORDA a Segunda Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, **à unanimidade, negar provimento à remessa necessária.**

Trata-se do reexame necessário da sentença (f. 34/36) proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itabaiana, que, nos autos

da ação de cobrança ajuizada por VICÊNCIA MARIA COUTINHO em face do MUNICÍPIO DE ITABAIANA, julgou procedente o pedido inicial, para condenar a municipalidade "a implantar o percentual do adicional previsto no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município de Itabaiana-PB, na base de 1% por anuênio de efetivo exercício, bem como a pagar as diferenças pretéritas, desde que relativas a período não atingindo pela prescrição quinquenal", em benefício da servidora promovente, com juros de mora de 0,5% ao mês (art. 1º-F da Lei 9.494/97) a partir da citação, e correção monetária pelo INPC, desde o inadimplemento.

Inexistiu recurso voluntário (certidão de f. 39).

A Procuradoria de Justiça não se manifestou quanto ao mérito do recurso (f. 43/47).

É o relatório.

VOTO: Juiz Convocado RICARDO VITAL DE ALMEIDA
Relator

A controvérsia gira em torno de saber se a autora, Vicência Maria Coutinho, que é servidora pública do Município de Itabaiana/PB, tem direito à implantação do adicional por tempo de serviço (anuênio), correspondente ao tempo de efetivo exercício, conforme estabelecido no inciso IX do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, bem como ao recebimento das verbas pretéritas, do pagamento feito a menor, respeitada a prescrição quinquenal, conforme consignado na sentença recorrida.

O vínculo laboral entre as partes restou demonstrado nos autos (f. 12 e 14/20).

A sentença deve ser mantida. Isso porque o pagamento do adicional por tempo de serviço está disciplinado no art. 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Itabaiana, nos seguintes termos:

Art. 72. São direitos dos servidores públicos:

[...]

IX – **adicional por tempo de serviço**, incorporação para todos os efeitos, nos vencimentos, pago na base de um por cento por anuênio de efetivo serviço.

A autora pleiteou a implantação do adicional por tempo de serviço

(quinquênio) no percentual previsto na Lei Orgânica Municipal, alegando que não foi pago no percentual correto, que deveria ser à base de 13% (treze por cento), bem como a diferença do valor pago a menor.

De fato, verifico, pelos documentos e pelas fichas financeiras acostadas ao processo, que a promovente é servidora pública municipal e não recebeu os valores a que fazia jus, nos percentuais determinados na Lei Orgânica do Município.

No caso em tela restou demonstrado que a autora possui, desde 2002, vínculo com a municipalidade, e não está recebendo o pagamento do adicional no percentual correspondente ao seu tempo de serviço, conforme previsto em lei e como determinado na sentença, embora o ônus processual de provar o adimplemento do referido adicional pertença à municipalidade, e não à autora, visto ser fato extintivo do direito pleiteado.

Nesse contexto, reclamado o não pagamento desse adicional, caberia ao município afastar o direito da autora apresentando documentos referentes à contraprestação pecuniária (art. 333, II, do CPC de 1973), considerando que é a municipalidade quem detém o controle dos documentos públicos. Então, deveria trazer documentos e recibos referentes à contraprestação pecuniária, o que não ocorreu, uma vez que o município não contestou (f. 30). Assim, a demandante faz jus à percepção das prestações requeridas, de forma atualizada, além das diferenças não quitadas, em compasso com a legislação municipal e com a sentença.

Desse modo, considerando que o pleito autoral tem respaldo na Lei Orgânica Municipal, **é devida a implantação do adicional** no seu vencimento básico.

A propósito, destaco precedentes desta Corte de Justiça e do STJ em casos análogos ao dos autos:

REMESSA NECESSÁRIA. SENTENÇA ILÍQUIDA. CONHECIMENTO DE OFÍCIO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR. **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIOS). CABIMENTO. PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.** PAGAMENTO RETROATIVO DAS VERBAS NÃO ALCANÇADAS PELA PRESCRIÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO TJPB E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. DESPROVIMENTO DA REMESSA NECESSÁRIA E DO RECURSO APELATÓRIO. **Faz jus à percepção do quinquênio, no percentual fixado em Lei, o servidor que atende a todos os requisitos legais para a percepção do referido benefício.**¹

¹ TJPB – AP n. 0001307-50.2014.815.0601; Terceira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Marcos William de Oliveira; DJPB 23/08/2016; Pág. 12.

ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA. **PLEITO. QUINQUÊNIO. PROCEDÊNCIA.** IRRESIGNAÇÃO DO MUNICÍPIO E REEXAME NECESSÁRIO. ANÁLISE CONJUNTA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. **PREVISÃO EM LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO PAGAMENTO.** MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO. 1. Confirma-se o direito do servidor à percepção dos quinquênios e valores retroativos, porquanto há expressa previsão na Lei orgânica do Município de Guarabira, inexistindo comprovação do pagamento por parte da administração municipal. Desprovimento dos recursos oficial e voluntário.²

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. COBRANÇA DE QUINQUÊNIOS. PREVISÃO LEGAL. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. CABIMENTO. MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO DOS RECURSOS. - Como é cediço, os Municípios possuem competência constitucionalmente garantida para fixar e alterar a remuneração de seus servidores, bem como organizar o quadro e a carreira de seus órgãos, consoante o disposto no art. 39 da Carta Magna, observando as regras hierarquicamente superiores, como as Constituições Estadual e Federal. - **No que interessa à espécie, da análise da Lei Orgânica do Município de Guarabira, datada de 5 de abril de 1990, infere-se que o adicional por tempo de serviço restou devidamente garantido aos servidores públicos municipais, conforme preleciona o art. 51, inciso XVI, da referida lei, sendo devido o seu pagamento, conforme decidido.**³

ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA. QUINQUÊNIO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. REEXAME NECESSÁRIO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. PREVISÃO EM LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO PAGAMENTO. HORAS-EXTRAS INADIMPLIDAS. PAGAMENTO DEVIDO. DIREITO AO RECEBIMENTO DE ADICIONAL DE FÉRIAS, ACRESCIDO DO TERÇO CONSTITUCIONAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO CPC C/C SÚMULA Nº 253 DO STJ. - **Confirma-se o direito do servidor à percepção dos quinquênios e valores retroativos, porquanto há expressa previsão na Lei Orgânica do Município de Guarabira, inexistindo comprovação do pagamento por parte da Administração Municipal.** - As horas extras constituem direito garantido pela Constituição Federal a todo servidor público (art. 39, § 3º, c/c art. 7º XVI, da CF/88). - É de se garantir o direito aos servidores públicos municipais de receber o terço de férias, ainda que não as tenham requerido administrativamente ou gozado à época devida. - Sentença em consonância com o entendimento

2 TJPB - APeRO 0007894-87.2014.815.0181; Terceira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ; DJPB 19/07/2016; Pág. 25.

3 TJ/PB - Processo n. 00060950920148150181, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator: Des. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 26-04-2016. Pub.: 03/05/2016.

jurisprudencial dominante nesta Corte de Justiça.⁴

APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO). REAJUSTE DE FORMA AUTOMÁTICA. PREVISÃO EM LEI LOCAL. NÃO ATUALIZAÇÃO PELO MUNICÍPIO. ÔNUS DA EDILIDADE. ART. 333, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECEDENTES DESTA CORTE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO APELO E AO RECURSO OFICIAL. - **O servidor municipal tem direito ao recebimento da referida verba, pois o quinquênio é um adicional *ex facto temporis*, isto é, para sua incidência, basta que haja o transcurso do tempo de atividade do servidor no âmbito da administração municipal.** - "Art. 51. São direitos dos servidores públicos: [...]. XVI é o adicional por tempo de serviço será pago a todos os servidores, na forma da lei, automaticamente pelos sete quinquênios em que se desdobrar a razão de cinco por cento (5%) pelo primeiro; sete por cento (7%) pelo segundo; nove por cento (9%) pelo terceiro; onze por cento (11%) pelo quarto; treze por cento (13%) pelo quinto; quinze por cento (15%) pelo sexto e dezessete por cento (17%) pelo sétimo, sendo este direito extensivo ao funcionário investido em mandato Legislativo." (Art. 51, XVI, da Lei Orgânica do Município de Guarabira). - Levando-se em conta que a alegação de pagamento de verbas trabalhistas representa fato extintivo de direito, compete ao empregador produzir provas capazes de elidir a presunção de veracidade existente em favor dos servidores, que buscam o recebimento das parcelas salariais não pagas. Inteligência do art. 333, II, do Código de Processo Civil.⁵

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDORA PÚBLICA. PROFESSORA. PEDIDOS DE IMPLANTAÇÃO E CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO RETROATIVO DE PARCELAS REMUNERATÓRIAS. DESISTÊNCIA DE PARTE DOS PLEITOS. SENTENÇA PROCEDENTE QUANTO AOS DEMAIS. CONDENAÇÃO APENAS DA MUNICIPALIDADE NA SUCUMBÊNCIA. RECURSO OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL. ARGUMENTO CONSTANTE DO APELO NÃO VENTILADO NA CONTESTAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO). CABIMENTO. PREVISÃO NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (LEI HIERARQUICAMENTE SUPERIOR). APLICAÇÃO DO §1º DO ART. 26 DO CPC. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. PROVIMENTO PARCIAL. Toda a matéria a ser discutida na lide deve ser suscitada na inicial ou na contestação, não devendo ser conhecida a argumentação trazida apenas em sede de apelação, porquanto não faz parte do embate travado no caderno processual. **Estando previsto na Lei Maior do município o pagamento dos quinquênios a todos os seus servidores, não há**

4 TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo n. 00049889520128150181, Relator: Des. JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ, j. em 03-03-2016. Pub. 04/03/2016.

5 TJPB -ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo n. 00061107520148150181, Relator: Des. JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 01-03-2016. Pub. 08/03/2016.

como negar esse direito em razão de norma jurídica hierarquicamente inferior (plano de cargos) regular outra forma de progressão salarial para a categoria que a promovente integra.

Art. 26, §1º, do CPC: “sendo parcial a desistência ou o reconhecimento, a responsabilidade pelas despesas e honorários será proporcional à parte que se desistiu ou que se reconheceu.”⁶

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER TERÇO A DE FÉRIAS, QUINQUÊNIOS E CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PROCEDÊNCIA PARCIAL IMPLANTAÇÃO E PAGAMENTO DE QUINQUÊNIOS IRRESIGNAÇÃO DO MUNICÍPIO PREVISÃO LEGAL ART. 51, XVI, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA PAGAMENTO NÃO COMPROVADO INTELIGÊNCIA DO ART. 333, II, DO CPC DESPROVIMENTO DO APELO. **Restando comprovada a existência de previsão legal que determine o pagamento de adicional por tempo de serviço quinquênio aos servidores de Guarabira, o direito de receber tal benefício é medida que se impõe quando atingido o período do quinquênio exigido pela norma. Cabe ao empregador o ônus de provar a ocorrência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo que afaste o direito do empregado ao recebimento de verbas salariais pleiteadas.**⁷

APELAÇÃO PELA EDILIDADE. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. RETENÇÃO DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. MATÉRIA REGULADA POR LEI ORGÂNICA. BENEFÍCIO DEVIDO. MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO DO APELO. - **Adicional por tempo de serviço é uma vantagem pecuniária que a administração concede aos servidores em razão do tempo de serviço e que se destina a recompensar os que mantiveram por longo tempo no exercício do cargo e havendo previsão legal, não há como não reconhecer como devido o pagamento desse benefício.**⁸

O adicional por tempo de serviço constitui um acréscimo pecuniário, que recai sobre o vencimento em decorrência do efetivo tempo de serviço público. Constitui direito do funcionário, que o acompanha na atividade e na aposentadoria. A sua forma de calcular, no entanto, pode ser alterada por lei, sem ofensa a direito adquirido. Triênios foram substituídos por

6 TJPB - Rec. 018.2010.001272-5/001; Terceira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. JOSÉ AURÉLIO DA CRUZ; DJPB 15/08/2013.

7 TJPB – AC. n. 01820100002981001 - Terceira Câmara Cível – Relator: Des. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS - j. em 14/02/2012.

8 Apelação Cível n. 018.2009.002238-7/001, Relatora: Juíza Convocada MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, Quarta Câmara Cível, julgado em 31/07/2012.

quinqüênios e estes por anuênios.⁹

Portanto, havendo expressa previsão em lei municipal quanto à possibilidade de pagamento do quinquênio ao servidor, e estando ele enquadrado nas hipóteses de implementação dessa gratificação, sua concessão é medida que se impõe, razão de manter-se incólume a sentença hostilizada.

Ante o exposto, **nego provimento ao reexame necessário.**

É como voto.

Presidiu a Sessão o Excelentíssimo Desembargador **OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO**, que participou do julgamento com **ESTE RELATOR** (Juiz de Direito Convocado, com jurisdição plena, em substituição à Excelentíssima Desembargadora MARIA DAS NEVES DO EGITO DE A. D. FERREIRA) e com o Excelentíssimo Doutor **MIGUEL DE BRITTO LYRA FILHO** (Juiz de Direito Convocado, com jurisdição plena, em substituição ao Excelentíssimo Desembargador ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS).

Presente à Sessão a Excelentíssima Doutora **LÚCIA DE FÁTIMA MAIA DE FARIAS**, Procuradora de Justiça.

Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa/PB, 31 de janeiro de 2017.

Juiz Convocado RICARDO VITAL DE ALMEIDA
Relator

9 REsp n. 28594, Relator: Ministro JESUS COSTA LIMA, Quinta Turma, Publicação: DJ 17.12.1992.